

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

**São João Energética S.A. e suas
controladas**

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

São João Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
São João Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São João Energética S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São João Energética S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas das controladas da Sociedade são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. A Sociedade utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior.

Em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras consolidadas, essa estimativa totalizou R\$ 80.427 mil e foram mensuradas com base nas projeções de consumo de energia, calculados com base no volume consumido de cada cliente. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Sociedade e suas controladas para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada em dezembro de 2019 considerando: 1) comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; 2) validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido nos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas, incluindo os reajustes de preços conforme contratos de venda de energia; e 3) inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente; (iv) revisão dos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas para garantir que os contratos de venda de energia foram adequadamente registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e respectivas políticas contábeis da Sociedade e de suas controladas; e (v) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas 4, e 17, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras consolidadas, a Sociedade possui ativo imobilizado no montante de R\$ 1.829.682 mil e anualmente, ou sempre que aplicável, analisa a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa. Esse valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como outras premissas adotadas no julgamento da administração, sendo que condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos e o grau de subjetividade das estimativas de valor recuperável utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação de indicativos de perda ao valor recuperável dos ativos de vida útil definida, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa; (ii) envolvimento de nossos especialistas em modelos financeiros para nos auxiliar no entendimento e revisão das premissas significativas e metodologias de cálculo adotadas pela Administração; (iii) comparação entre as premissas significativas utilizadas nos fluxos de caixa com as tendências econômicas, da indústria e com os dados operacionais históricos da Sociedade; (iv) avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; e (v) avaliação das divulgações da Sociedade sobre este assunto.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

São João Energética S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	871	4.455	68.868	93.416
Contas a receber	4	3.600	-	81.460	129.652
Dividendos a receber	22	5.055	21.179	-	-
Impostos a recuperar		3.041	3.859	7.596	10.890
Mútuos a receber	5	9.816	93.453	1.125	-
Outros		107	107	6.232	3.612
Total do ativo circulante		22.490	123.053	165.281	237.570
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	6	-	-	34.423	35.189
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	1.500	20.950	-	-
Investimento	7	1.512.817	1.473.619	-	-
Imobilizado	8	-	-	1.829.682	1.911.958
Arrendamento mercantil	9	-	-	3.341	-
Depósitos judiciais		-	-	125	125
Total do ativo não circulante		1.514.317	1.494.569	1.867.571	1.947.272
Total do ativo		1.536.807	1.617.622	2.032.852	2.184.842

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	10	40.447	302	68.348	44.810
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	37.097	-	69.325	50.924
Impostos e contribuições a recolher		70	358	5.248	7.856
Dividendos a pagar	22	4.843	16.934	4.871	16.953
Arrendamento mercantil	9	-	-	51	-
Outras contas a pagar	14	-	-	34.287	31.887
Total do passivo circulante		82.457	17.594	182.130	152.430
Não circulante					
Contas a pagar	10	-	-	4.113	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	283.575	-	665.227	425.806
Obrigação com aquisição de investimento	12	114.426	114.426	114.426	114.426
Provisão para contingências	13	-	-	2.989	2.714
Arrendamento mercantil	9	-	-	3.397	-
Outras contas a pagar	14	-	-	4.192	3.830
Total do passivo não circulante		398.001	114.426	794.344	546.776
Patrimônio líquido					
Capital social	15	1.037.235	1.431.235	1.037.235	1.431.235
Reservas de lucros	15	19.114	54.367	19.114	54.367
		1.056.349	1.485.602	1.056.349	1.485.602
Participação de acionistas não controladores	16	-	-	29	34
Total do patrimônio líquido		1.056.349	1.485.602	1.056.378	1.485.636
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.536.807	1.617.622	2.032.852	2.184.842

São João Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	17	-	-	354.210	325.349
Custo de geração de energia	18	-	-	(231.394)	(167.177)
Lucro bruto		-	-	122.816	158.172
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(25.292)	(27.066)	(58.184)	(35.914)
Resultado com equivalência patrimonial	7	48.806	94.121	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais	19	(3.916)	(1)	6.781	6.346
		19.598	67.054	(51.403)	(29.568)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		19.598	67.054	71.413	128.604
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	1.495	4.745	7.558	12.480
Despesas financeiras	20	(701)	(425)	(44.001)	(55.714)
		794	4.320	(36.443)	(43.234)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.392	71.374	34.970	85.370
Imposto de renda e contribuição social Corrente	21	-	(73)	(14.574)	(14.058)
		-	(73)	(14.574)	(14.058)
Lucro líquido do exercício		20.392	71.301	20.396	71.312
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Controladora		20.392	71.301	20.392	71.301
Acionistas não controladores	16	-	-	4	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	20.392	71.301	20.396	71.312
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	20.392	71.301	20.396	71.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não con- troladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.573.169	-	-	(26.934)	1.546.235	35	1.546.270
Absorção de prejuízos acumulados	15.a	(26.934)	-	-	26.934	-	-	-
Redução de capital ocorrida no exercício	15.a	(115.000)	-	-	-	(115.000)	-	(115.000)
Dividendos complementares distribuídos aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(8)	(8)
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	-	71.301	71.301	11	71.312
Constituição de reserva legal	15.b	-	3.565	-	(3.565)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(16.934)	(16.934)	(4)	(16.938)
Reserva de dividendos complementares	15.b	-	-	50.802	(50.802)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.431.235	3.565	50.802	-	1.485.602	34	1.485.636
Redução de capital ocorrida no exercício	15.a	(394.000)	-	-	-	(394.000)	-	(394.000)
Declaração de dividendos do exercício	15.c	-	-	(50.802)	-	(50.802)	-	(50.802)
Dividendos complementares distribuídos aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(7)	(7)
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	-	20.392	20.392	4	20.396
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.020	-	(1.020)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(4.843)	(4.843)	(2)	(4.845)
Reserva de dividendos complementares	15.b	-	-	14.529	(14.529)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.037.235	4.585	14.529	-	1.056.349	29	1.056.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		20.392	71.301	20.396	71.312
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização do ágio alocado	8 e 7	23.651	23.649	92.007	98.217
Depreciação de arrendamento mercantil	9	-	-	104	-
Juros sobre arrendamento mercantil	9	-	-	280	-
Encargos financeiros, líquidos	5 e 11	(1.761)	(6.561)	33.812	40.306
Baixa de ativo imobilizado	8	-	-	1.172	71
Resultado de equivalência patrimonial	7	(48.806)	(94.121)	-	-
Reversão de <i>impairment</i>	8	-	-	(2.277)	(5.336)
Amortização de despesas de contratação de empréstimos	11	(1.643)	-	(1.478)	166
Amortização de provisão para desmobilização	14	-	-	362	330
Provisão para contingências	13	-	-	544	768
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4	-	-	27.462	4.654
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		(3.600)	1	20.730	(48.339)
Impostos a recuperar		818	681	3.294	(300)
Outros		-	(71)	(2.619)	3.185
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		40.145	(90)	27.651	(1.591)
Impostos e contribuições a recolher		(288)	75	(2.608)	1.273
Pagamento de contingências	13	-	-	(269)	(154)
Outras contas a pagar		-	(973)	2.628	8.535
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		28.908	(6.109)	221.191	173.097
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	3.401	766	59.276
Dividendos recebidos		98.233	90.199	-	-
Liberção de recursos à investidas	5	(25.650)	(36.000)	(58.550)	(23.000)
Recebimento de principal - operação de mútuo	5	111.613	71.528	58.869	66.528
Recebimento de juros - operação de mútuo	5	-	4.408	888	4.408
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	7	(96.150)	27.690	-	-
Aquisição de participação em empresa	7	(1)	-	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	-	-	(8.626)	(9.568)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		88.045	161.226	(6.653)	97.644
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos e financiamentos	11	337.450	-	316.100	1.500
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	11	(15.700)	(15.475)	(58.809)	(130.758)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	11	-	-	(34.363)	(42.136)
Pagamento de arrendamento mercantil	9	-	-	(277)	-
Redução de capital	15	(394.000)	(115.000)	(394.000)	(115.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		19.450	(20.950)	-	-
Dividendos pagos		(67.737)	-	(67.737)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(120.537)	(151.425)	(239.086)	(286.394)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa					
		(3.584)	3.692	(24.548)	(15.653)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício					
		4.455	763	93.416	109.069
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício					
		871	4.455	68.868	93.416
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa					
		(3.584)	3.692	(24.548)	(15.653)
Informações complementares:					
Valores pagos de IR:		-	-	7.555	6.614
Valores pagos de CS:		-	-	4.363	4.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A São João Energética S.A. (“SAJOAE”, “São João” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto: a comercialização de energia elétrica, inclusive na modalidade varejista, e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em sociedades que possuam como objeto atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades.

Em 17 de novembro de 2014, foi celebrado contrato de compra e venda de ações pelo qual a Brookfield Energia Renovável S.A. alienou e transferiu todas as ações que detinha do capital social da Sociedade (representativas de 100% de participação) para o Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ISFIP”). Posteriormente, em 1º de dezembro de 2014, o contrato supracitado foi aditado para transferir, por cessão gratuita, 7.218 ações de sua propriedade para Santo Ivo Energética S.A. (“Santo Ivo”). Atualmente, o ISFIP detém 97,22% e Santo Ivo detém 2,78%.

Controladas indiretas (Eólicas)

A Sociedade possui controle indireto em empresas de geração de energia eólica denominadas de Geração Central Eólica Renascença I S.A. (“Renascença I”), Geração Eólica Renascença II S.A. (“Renascença II”), Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A. (“Renascença III”), Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A. (“Renascença IV”) e Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A. (“Ventos de São Miguel”), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração de parques eólicos, no município de Parazinho, estado do Rio Grande do Norte.

Investida	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização
Renascença I	30	284/2011	02/05/2046
Renascença II	30	286/2011	04/05/2046
Renascença III	30	306/2011	13/05/2046
Renascença IV	30	345/2011	02/06/2046
Ventos de São Miguel	30	283/2011	02/05/2046

As controladas indiretas de eólicas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/09/2013	31/08/2033
Comercializadora de energia	01/01/2015	31/12/2020

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas (Biomassa)

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Geração Biomassa Vista Alegre I S.A. ("Vista Alegre I"), Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A. ("Vista Alegre II"), Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda. ("Santa Cândida I") e Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda. ("Santa Cândida II") detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Usinas Termelétricas ("UTES"), na forma de produtores independentes de energia:

UTE	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Vista Alegre I	60	1.745/2008	Maracaju – MS
Vista Alegre II	30	363/2014	Maracaju – MS
Santa Cândida I	30	481/2001	Bocaina – SP
Santa Cândida II	55	391/2014	Bocaina – SP

As controladas indiretas de biomassa da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2013	31/12/2042
Partes relacionadas	01/01/2019	01/05/2030

Controladas diretas (Hidrelétricas)

A Sociedade por meio de suas controladas diretas Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. ("Rio Grande"), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A. ("PCH Zé Tunin") e SPE Cristina Energia S.A. ("SPE Cristina") detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), na forma de produtores independentes de energia:

PCH	Controlada	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Santo Antônio	Rio Grande	8,0	1.454/2008	Bom Jardim – RJ
Caju	Rio Grande	10,0	1.452/2008	São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena– RJ
São Sebastião do Alto	Rio Grande	13,2	1.453/2008	São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena– RJ
Zé Tunin	PCH Zé Tunin	8,0	2.994/2011	Guarani e Astolfo Dutra – MG
Cristina	SPE Cristina	3,8	354/1999	Cristina – MG

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas diretas (Hidrelétricas)--Continuação

As controladas diretas hidrelétricas da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Comercializadora	01/10/2011	31/12/2020
Comercializadora de energia	01/01/2012	31/12/2020
Extração de minério	01/01/2010	31/12/2024
Metalúrgica	01/01/2016	31/12/2020
Serviços	01/08/2010	31/12/2020
Varejo	01/03/2010	30/11/2023

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

Controlada direta (Comercializadora)

Em 02 de outubro de 2019, foi realizado a 1º Alteração do Contrato Social pelo qual a São Carlos Energética Ltda. teve sua denominação social alterada para Apollo Comercializadora Ltda., bem como seu objeto social modificado para contemplar a comercialização de energia elétrica no mercado varejista.

Posteriormente, em 03 de outubro de 2019, foi realizada a 2º Alteração do Contrato Social, pelo qual, houve a saída das sócias Brookfield Energia Renovável S.A. e Brookfield Energia Renovável Participações S.A. para ingresso de São João Energética S.A. e Santo Ivo Energética S.A. através do contrato de compra e venda de ações celebrado na mesma data.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, dividendos a receber, mútuos a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, dividendos a pagar e arrendamento mercantil.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Investimentos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 7), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foi amortizado de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

Na demonstração financeira consolidada, o ágio foi alocado na rubrica do ativo imobilizado.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

g) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 8.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

i) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

j) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como agente em parte dos seus contratos caracterizados pelas operações as quais os riscos estão sendo repassados as partes relacionadas, para estas transações a Sociedade é um intermediador da operação, e como principal nos contratos os quais a Sociedade está exposta aos riscos das transações, ou seja, a mesma arcará com eventuais sanções ou penalidades por não cumprir com as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com as contrapartes.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade e as controladas Bioeletricidade Holding, RN Holding e Apollo Comercializadora, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

m) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2019	2018
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	100,00%	100,00%
SPE Cristina Energia S.A.	99,99%	99,99%
PCH Zé Tunin S.A.	100,00%	100,00%
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	99,99%	99,99%
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	100,00%	100,00%
Controladas indiretas	2019	2018
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	100,00%	100,00%
Geração Eólica Renascerça II S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	100,00%	100,00%
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	100,00%	100,00%
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	100,00%	100,00%
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	100,00%	100,00%
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	100,00%	100,00%

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Novos pronunciamentos contábeis

As controladas indiretas da Sociedade, Geração Eólica Renascença II S.A., Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A., e Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A., decidiram adotar o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

As controladas indiretas da Sociedade adotaram o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada retrospectiva, optando por aplicar a norma a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. As controladas indiretas da Sociedade também optaram por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os prazos terminem dentro de 12 meses, a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente seja de baixo valor.

Na adoção do CPC 06 (R2), as controladas indiretas da Sociedade reconheceram os ativos pelo direito de uso e passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como “arrendamentos operacionais”. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes conforme descontados por meio da taxa de empréstimo incremental das controladas indiretas da Sociedade em 1º de janeiro de 2019.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

O impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2), no consolidado, foi de R\$ 3.445 e registrado em 1º de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o impacto no resultado da adoção do CPC 06 (R2) foi de R\$ 384, onde deste, R\$ 104 foram com despesas de depreciação e R\$ 280 com despesas de juros e a remoção da despesa de aluguel de R\$ 277.

O ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributáveis envolvem incerteza, que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de renda. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Sociedade. Se a Sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Sociedade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizáveis, créditos fiscais não usados, taxa de imposto e assim por diante). A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações da Sociedade, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, são considerados pela Administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que sim” de sustentação nas esferas judiciais.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	48	2.479	14.229	18.929
Aplicações financeiras	823	1.976	54.639	74.487
Total	871	4.455	68.868	93.416

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A.	Fundo DI	CDI	-	-	3.904	-
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	823	1.976	39.483	19.448
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	-	11.252	55.039
			823	1.976	54.639	74.487

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Venda de energia	-	-	26.213	18.352
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	48.346	70.307
Contas a receber – partes relacionadas	3.600	-	2.092	40.993
Indenizações – parceiro de consórcio (**)	-	-	125.191	97.729
Recuperação de custos (***)	-	-	4.809	-
	3.600	-	206.651	227.381
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(125.191)	(97.729)
	3.600	-	81.460	129.652

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(**) As controladas indiretas da Sociedade mantêm valor a receber da Tonon Bioenergia S.A., correspondente à indenização prevista contratualmente, de forma a cobrir os custos incorridos na aquisição de energia por indisponibilidade de biomassa durante a safra 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019. Tais controladas estão se recuperando dos gastos incorridos com aquisição de energia durante a quebra de safra de cana-de-açúcar.

(***) A controlada indireta da Sociedade mantêm valor a receber da contraparte Raízen S.A., devido ao ressarcimento previsto contratualmente, de forma a cobrir os custos incorridos na aquisição de energia devido a indisponibilidade de biomassa durante a safra de 2019/2020. A controlada indireta da Sociedade está se recuperando dos gastos incorridos com a aquisição de energia.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é a seguinte:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	97.729	93.075
Adição de PCLD	27.462	5.621
Realização de PCLD	-	(967)
Saldo final	125.191	97.729

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo a vencer	-	-	80.427	92.210
Saldo vencido até 30 dias	3.600	-	12.372	25.189
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	-	388	5.188
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	-	574	5.284
Saldo vencido de 181 a 365 dias	-	-	15.014	3.943
Saldo vencido há mais de 365 dias (*)	-	-	97.876	95.567
Total	3.600	-	206.651	227.381

(*) O saldo se refere aos valores a receber da PCLD.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

Credor	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Santa Cândida II	-	85.357	-	-
Rio Grande	8.691	8.096	-	-
Tangará	1.125	-	1.125	-
	9.816	93.453	1.125	-

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	93.453	126.737	-	43.316
Liberação de recursos para partes relacionadas	25.650	36.000	58.550	23.000
Juros incorridos	1.252	4.538	1.665	3.873
Imposto sobre operação financeira	1.074	2.114	667	747
Amortização de principal	(111.613)	(71.528)	(58.869)	(66.528)
Amortização de juros	-	(4.408)	(888)	(4.408)
Saldo final	9.816	93.453	1.125	-

Operações de mútuo realizadas com as controladas Santa Cândida II e Rio Grande durante o exercício de 2016, sem incidência de encargos financeiros, remunerada à 100% do CDI e sem data de vencimento.

Operação de mútuo realizada com a Tangará Energia S.A. durante o exercício de 2019, remunerada à 100% do CDI mais 2% ao ano e sem data de vencimento.

6. Depósitos restituíveis e valores vinculados (Consolidado)

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2019	2018
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	18.387	19.941
Banco Citibank S.A.	Fundos	CDI	16.036	15.248
			34.423	35.189

As controladas da Sociedade possuem, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 34.423 (R\$ 35.189 em 31 de dezembro de 2018) depositado em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimento (Controladora)

Investidas	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	100,00%	100,00%	156.200	147.409	11.529	(318)	156.200	147.409	11.529	(318)
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	-	5.467	-	(34)	-	5.467	-	(34)	-
SPE Cristina Energia S.A.	99,99%	99,99%	19.772	18.470	1.302	(689)	19.770	18.468	1.302	(689)
PCH Zé Tunin S.A.	100,00%	100,00%	37.273	34.042	4.239	(93)	37.273	34.042	4.239	(93)
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	99,99%	99,99%	221.889	265.653	34.609	89.186	221.862	265.617	34.607	89.174
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	100,00%	100,00%	555.128	467.314	(2.837)	6.047	555.128	467.315	(2.837)	6.047
Ágio alocado na aquisição de controladas					-	-	517.117	540.768	-	-
Total					48.808	94.133	1.512.817	1.473.619	48.806	94.121

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Aumento de capital	Dividendos	Aquisição de participação	Saldo em 2019
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	147.409	11.529	-	-	(2.738)	-	156.200
Apollo Comercializadora Ltda.	-	(34)	-	5.500	-	1	5.467
SPE Cristina Energia S.A.	18.468	1.302	-	-	-	-	19.770
PCH Zé Tunin S.A.	34.042	4.239	-	-	(1.008)	-	37.273
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	265.617	34.607	-	-	(78.362)	-	221.862
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	467.315	(2.837)	-	90.650	-	-	555.128
Ágio alocado na aquisição de controladas	540.768	-	(23.651)	-	-	-	517.117
Total	1.473.619	48.806	(23.651)	96.150	(82.108)	1	1.512.817

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimento (Controladora)--Continuação

Controladas	Saldo em 2017	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2018
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	147.727	(318)	-	-	-	147.409
SPE Cristina Energia S.A.	19.157	(689)	-	-	-	18.468
PCH Zé Tunin S.A.	66.134	(93)	-	(27.690)	(4.309)	34.042
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	264.836	89.174	-	-	(88.393)	265.617
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	461.268	6.047	-	-	-	467.315
Ágio alocado na aquisição de controladas	564.417	-	(23.649)	-	-	540.768
Total	1.523.539	94.121	(23.649)	(27.690)	(92.702)	1.473.619

Principais informações sobre as empresas controladas

	2019					2018				
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Lucro do exercício (prejuízo)	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Lucro do exercício (prejuízo)
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	249.834	93.634	156.200	-	11.529	248.924	101.515	147.409	-	(318)
Apollo Comercializadora Ltda.	5.499	32	5.467	-	(34)	-	-	-	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	24.796	5.024	19.772	-	1.303	25.967	7.497	18.470	-	(689)
PCH Zé Tunin S.A.	67.802	30.529	37.273	-	4.239	66.676	32.634	34.042	-	(93)
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	550.675	328.786	221.889	-	34.605	639.978	374.325	265.653	-	89.186
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	630.720	74.092	555.128	1.500	(2.837)	663.539	175.275	467.314	20.950	6.047

O ágio alocado em ativos será amortizado conforme prazo de autorização de cada usina, conforme detalhado na Nota explicativa 1.

Para fins de cálculo da equivalência patrimonial, foi apurado o resultado de cada controlada, entre 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado (Consolidado)

	Em serviço					Em curso			Ajuste ao valor recuperável	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações obras civis e melhorias	Provisão para desmobilização	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo	Bens em andamento		
31 de dezembro de 2017	17.762	1.802.722	284.978	116.345	3.480	125.632	2.261	12.956	(15.628)	2.350.508
Adições	-	-	-	3	-	-	398	9.167	-	9.568
Baixas	-	(1.143)	-	-	-	-	-	(15)	-	(1.158)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	5.336	5.336
Transferências	-	14.618	(1.754)	(1.604)	-	(3)	(4)	(11.253)	-	-
31 de dezembro de 2018	17.762	1.816.197	283.224	114.744	3.480	125.629	2.655	10.855	(10.292)	2.364.254
Adições	-	-	-	-	-	-	1.079	7.547	-	8.626
Baixas	-	(1.345)	(30)	(330)	-	(1)	(57)	(294)	-	(2.057)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	2.277	2.277
Transferências	63	5.727	1	953	-	291	(20)	(7.015)	-	-
31 de dezembro de 2019	17.825	1.820.579	283.195	115.367	3.480	125.919	3.657	11.093	(8.015)	2.373.100
31 de dezembro de 2017	(3.484)	(263.705)	(50.570)	(19.117)	(387)	(17.903)	-	-	-	(355.166)
Adições de depreciação	(673)	(76.988)	(13.163)	(5.084)	(107)	(2.202)	-	-	-	(98.217)
Baixas de depreciação	-	1.087	-	-	-	-	-	-	-	1.087
31 de dezembro de 2018	(4.157)	(339.606)	(63.733)	(24.201)	(494)	(20.105)	-	-	-	(452.296)
Adições de depreciação	(298)	(76.007)	(6.326)	(2.543)	(107)	(6.726)	-	-	-	(92.007)
Baixas de depreciação	-	524	30	330	-	1	-	-	-	885
Transferências	-	(2)	1	2	-	(1)	-	-	-	-
31 de dezembro de 2019	(4.455)	(415.091)	(70.028)	(26.412)	(601)	(26.831)	-	-	-	(543.418)
Total em:										
31 de dezembro de 2018	13.605	1.476.591	219.491	90.543	2.986	105.524	2.655	10.855	(10.292)	1.911.958
31 de dezembro de 2019	13.370	1.405.488	213.167	88.955	2.879	99.088	3.657	11.093	(8.015)	1.829.682

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

a) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2019 e 2018 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

As controladas SPE Cristina, PCH Zé Tunin e Rio Grande efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019, e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos, a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizaram suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluíram que têm interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário, as usinas passaram a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este, agora, considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

O ágio alocado na aquisição de controladas é amortizado pelo prazo da autorização.

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)--Continuação

As controladas da Sociedade efetuam anualmente a revisão de mudanças circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica para efeito de teste de recuperabilidade de seus ativos, perante seu desempenho operacional e financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor recuperável da usina de geração de biomassa foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para o período remanescente da concessão da usina de geração de biomassa. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a queda na geração em decorrência a condições de mercado junto a parceiro de consórcio.

Em 31 de dezembro de 2017, na controlada indireta Vista Alegre I, a perda de R\$ 15.628 por redução ao valor recuperável foi representada pela redução no valor contábil dos ativos de geração de biomassa ao seu respectivo valor recuperável. Os efeitos desta perda foram refletidos nas outras despesas operacionais da controlada.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para *impairment*, relacionado ao ativo da controlada indireta Vista Alegre I, é de R\$ 8.015 (R\$ 10.292 em 31 de dezembro de 2018).

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamento mercantil (Consolidado)

A composição dos arrendamentos mercantis é a seguinte:

Custo	Terrenos
Adições por adoção inicial do CPC 06 (R2)	3.445
31 de dezembro de 2019	3.445
Depreciação	
Adições de depreciação	(104)
31 de dezembro de 2019	(104)
Total em 31 de dezembro de 2019	3.341

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, e delimitados às outorgas das controladas indiretas da Sociedade, maio de 2046.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Valor nominal dos pagamentos futuros	9.708	-
Ajuste a valor presente	(6.260)	-
	3.448	-
Passivo circulante	51	-
Passivo não circulante	3.397	-

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado
	Passivo
Adoção inicial - 01/01/2019	3.445
Pagamento	(277)
Juros sobre arrendamento mercantil	280
Saldos em 31/12/2019	3.448

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamento mercantil (Consolidado)--Continuação

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pelas controladas indiretas da Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2021	51
2022	51
2023	51
2024	51
A partir de 2025	3.193
	<u>3.397</u>

10. Contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	22.811	3.402
Fornecedores	26	302	7.916	23.935
Contas a pagar – partes relacionadas	40.421	-	41.719	17.427
Seguros	-	-	15	46
Total	<u>40.447</u>	<u>302</u>	<u>72.461</u>	<u>44.810</u>
Passivo circulante	40.447	302	68.348	44.810
Passivo não circulante	-	-	4.113	-

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Os contratos celebrados entre as controladas indiretas do Leilão de Fontes Alternativas (LFA 2010) e a CCEE, estabelecem que sejam apuradas, em cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Como a geração das controladas indiretas foi abaixo do esperado, tais empresas deverão ressarcir a CCEE no quadriênio seguinte, no montante de R\$ 4.113.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2019		2018	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Santa Cândida II	Partes relacionadas	Sob demanda	2.212	-	-	-
Tangará	Partes relacionadas	100% CDI + 0,5% a.a.	7.166	-	-	-
Vista Alegre I	Partes relacionadas	Sob demanda	11.054	-	-	-
Vista Alegre I	Partes relacionadas	Sob demanda	1.475	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	15.408	285.000	-	-
			37.315	285.000	-	-
Despesa de contratação (*)						
			(218)	(1.425)	-	-
Total			37.097	283.575	-	-

(*) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado			
				2019		2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,40 % a.a.	Vista Alegre I e II	3.761	53.425	3.758	56.852
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	31.249	280.458	31.229	309.828
BDMG	Repasse BNDES	TJLP (*) + 4,00 % a.a.	SPE Cristina	800	793	800	1.582
BDMG	Repasse BNDES	Pré-fixado 4,50 % a.a.	SPE Cristina	-	-	344	-
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,76 % a.a.	PCH Zé Tunin	1.927	16.386	1.930	18.198
BNDES	BNDES automático	Pré-fixado 2,50 % a.a.	PCH Zé Tunin	1.279	2.550	1.275	3.830
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,05 % a.a.	Rio Grande	8.118	32.639	8.115	40.508
BNDES	BNDES automático	Pré-fixado 4,50 % a.a.	Rio Grande	-	-	3.639	-
Banco Bradesco S.A.	Debêntures - 1ª emissão	100% CDI + 1,4% a.a.	São João	15.408	285.000	-	-
Tangará	Partes relacionadas	100% CDI	São João	7.166	-	-	-
				69.708	671.251	51.090	430.798
				(383)	(3.888)	(166)	(2.628)
				-	(2.136)	-	(2.364)
				69.325	665.227	50.924	425.806

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do BNDES e Banco Bradesco S.A., necessários para liberação do financiamento (Vista Alegre I e II) e para a 1ª emissão de debêntures (São João).

(***) Refere-se a gastos destinados a investimentos sociais diversos dos estipulados para implantação do projeto financiado (Ventos de São Miguel).

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	-	15.384	476.730	603.817
Captação	337.450	-	316.100	1.500
Juros provisionados	408	-	34.804	41.166
Juros incorporados ao principal (*)	-	-	1.274	3.538
Amortização – principal	(15.700)	(15.475)	(58.809)	(130.758)
Pagamento – juros	-	-	(34.363)	(42.136)
IOF provisionado	157	91	66	222
	322.315	-	735.802	477.349
Despesa de contratação (**)	(1.643)	-	(1.478)	166
Gastos com investimentos sociais (***)	-	-	228	(785)
Saldo final	320.672	-	734.552	476.730

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor é composto por principal e juros e é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Vista Alegre I	BNDES	15 de outubro de 2035
Vista Alegre II	BNDES	15 de outubro de 2035
Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	BNDES	15 de março de 2030
SPE Cristina	BNDES	15 de dezembro de 2021
PCH Zé Tunin	BNDES	15 de dezembro de 2022
PCH Zé Tunin	BNDES	17 de setembro de 2029
Santa Cândida II	São João	Sob demanda
Santa Cândida II	Tangará	24 meses
São João	Banco Bradesco	16 de dezembro de 2027

Em 20 de dezembro 2019, a Sociedade emitiu trezentas mil debêntures públicas, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300.000, com valor nominal unitário de R\$ 1. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI + 1,4 % a.a., com vencimento em 16 de dezembro de 2027 e com pagamentos de juros semestrais.

A operação de mútuo entre a controlada indireta Santa Cândida II e a Sociedade teve seu saldo devedor total pago em 14 de novembro de 2019.

A operação de mútuo entre a controlada indireta Santa Cândida II e Tangará teve seu saldo devedor total pago durante o segundo semestre de 2018.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2019, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	18.000	64.065
2022	27.000	72.272
2023	30.000	73.997
2024	36.000	79.997
Após 2024	172.575	374.896
Total	283.575	665.227

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas constantes nos contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas escrituras das debêntures. Estas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), o qual foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Não existiram cláusulas restritivas em *default* para a Sociedade e suas controladas.

12. Obrigação com aquisição de investimento

A Sociedade e a Energisa S.A. acordaram em reter o montante de R\$ 124.973, a ser liberado após ocorrido o repasse mínimo de R\$ 150.000 pelo BNDES. Esse montante é sujeito ao desconto dos valores referentes as taxas necessárias para captação dos empréstimos, ao *bridge loan* contratado ao Banco Itaú e aos montantes de Capex investidos para a conclusão das UTEs Vista Alegre I e Vista Alegre II. A atualização desses valores, ao longo do exercício de 2016, reduziu o saldo retido para R\$ 114.426.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências (Consolidado)

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Segue, abaixo, a movimentação das contingências prováveis provisionadas pelas controladas da Sociedade:

	Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
31 de dezembro de 2017	2.100	-	2.100
Adição	226	115	341
Baixa	(154)	-	(154)
Atualização	427	-	427
31 de dezembro de 2018	2.599	115	2.714
Adição	202	-	202
Baixa	(269)	-	(269)
Atualização	328	14	342
31 de dezembro de 2019	2.860	129	2.989

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2019, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Rio Grande

Em 31 de dezembro de 2019, existem contingências classificadas e provisionadas pela Rio Grande como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 2.860 (R\$ 2.599 em 31 de dezembro de 2018), referente a três ações de desapropriação.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

b) Provisão para riscos trabalhistas

Santa Cândida I

Em 31 de dezembro de 2019, há uma ação trabalhista classificada e provisionada como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 129 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2018).

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2019, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis:

PCH Zé Tunin

Em 31 de dezembro de 2019, a PCH Zé Tunin possui uma ação indenizatória de danos morais e materiais, ajuizada em 11 de março de 2019, mediante o processo nº 0002915-45.2019.8.13.0284, classificada como perda possível, no montante de R\$ 4.000.

Rio Grande

Em 31 de dezembro de 2019, a Rio Grande possui uma contingência classificada como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 67 (R\$ 560 em 31 de dezembro de 2018), referente à uma ação tributária.

Santa Cândida I

Em 31 de dezembro de 2019, a Santa Cândida I possui três ações trabalhistas classificadas por seus assessores jurídicos como sendo perda possível, no montante de R\$ 258.

SPE Cristina

Em 31 de dezembro de 2018, a SPE Cristina possuía uma contingência, classificada como perda possível, no montante de R\$ 12, referente à um Auto de Infração.

Ventos de São Miguel

Em 31 de dezembro de 2019, a Ventos de São Miguel possui uma ação trabalhista classificada como perda possível, no montante de R\$ 50 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2018).

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras contas a pagar (Consolidado)

A composição do outras contas a pagar é:

	Consolidado	
	2019	2018
Provisões MRE/CCEE (*)	34.287	31.887
Provisão para desmobilização	4.192	3.830
Total	38.479	35.717
Passivo circulante	34.287	31.887
Passivo não circulante	4.192	3.830

(*) Em 2018, refere-se ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF e GFIS, e em 2019 refere-se apenas aos impactos da liminar do GSF. Para as controladas diretas, SPE Cristina, Rio Grande e PCH Zé Tunin, tais Sociedades estão contratadas no ambiente de contratação livre ("ACL"), e não consideram vantajosa a metodologia proposta pelo Governo acerca da repactuação do risco hidrológico. Consequentemente, a liminar sobre o tema permanece vigente enquanto a decisão final do mérito não é proferida. Adicionalmente, tais controladas diretas mantêm as discussões com o Governo sobre novas medidas para a repactuação do risco hidrológico.

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE diminuiu a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, incluindo as controladas da Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), as controladas da Sociedade entraram com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS). Com isso, as controladas da Sociedade efetuaram o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Por esse motivo, nossos assessores jurídicos alteraram a probabilidade de perda para remota, e em setembro de 2019, as controladas da Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliaram, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa possui chance de perda remota, não necessitando mais de provisionamento no balanço.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$ 94.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras contas a pagar (Consolidado)--Continuação

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	2019	2018
Saldo inicial	3.830	3.500
Atualização	362	330
Saldo final	4.192	3.830

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 1.037.235 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.431.235), dividido em 4.127.049.776 (quatro bilhões, cento e vinte e sete milhões, quarenta e nove mil, setecentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 12 de dezembro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 370.000, sem cancelamentos de ações.

Em 18 de outubro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 14.000, sem cancelamentos de ações.

Em 18 de abril de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 10.000, sem cancelamentos de ações.

Em 19 de dezembro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, retificaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 90.000 para R\$ 70.000, sem cancelamentos de ações. Portanto, o capital social da Sociedade passou a ser de R\$ 1.431.235.

Em 10 de outubro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 90.000, sem cancelamentos de ações.

Em 06 de julho de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, com o cancelamento de 194.416.216 (cento e noventa e quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e dezesseis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 71.934, sendo R\$ 26.934 referente à absorção de prejuízos e R\$ 45.000 pago aos acionistas na proporção de seu capital social.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 15 de maio de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 50.802 (R\$ 12,31 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Participação dos acionistas não controladores

2019

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
SPE Cristina	0,012%	19.772	1.303	2	-
RN Holding	0,012%	221.889	34.609	27	4
Total				29	4

2018

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
SPE Cristina	0,012%	18.470	(689)	2	-
RN Holding	0,012%	265.653	89.186	32	11
Total				34	11

17. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	2019	2018
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	269.868	207.318
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	82.211	89.551
Resultado com MRE/CCEE (*)	22.530	42.832
	374.609	339.701
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(7.774)	(1.130)
PIS	(2.248)	(2.355)
COFINS	(10.377)	(10.867)
Receita operacional líquida	354.210	325.349

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita por indenização	-	-	-	1.288
Multas e juros sobre tributos	(1)	(1)	(1.006)	(57)
Reversão da perda do valor recuperável	-	-	2.277	5.336
Perda na venda de ativos	-	-	(977)	(57)
Baixa posições em aberto (*)	-	-	10.776	-
Pagamento de honorários (**)	(3.910)	-	(3.910)	-
Outros	(5)	-	(379)	(164)
Total	(3.916)	(1)	6.781	6.346

(*) Valores relativos à baixa de posições em aberto referentes à serviços de O&M com a contraparte Tonon Bioenergia S.A..

(**) Pagamento de honorários de consultores externos relativos à serviços jurídicos prestados durante a arbitragem.

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	243	207	5.892	8.604
Variação monetária e cambiais, líquidas	-	-	1	3
Juros sobre mútuos	1.252	4.538	1.665	3.873
Total	1.495	4.745	7.558	12.480
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	407	-	36.077	43.411
Juros sobre mútuos	1	-	1	1.293
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	280	-
Despesas com letras de crédito	-	-	3.018	3.225
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	-	-	362	330
Imposto sobre operações financeiras	251	424	1.242	2.163
Despesas com juros e descontos concedidos	-	1	2.353	2.832
Outros	42	-	668	2.460
Total	701	425	44.001	55.714

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Corrente				
Imposto de renda	-	47	9.550	9.342
Contribuição social	-	26	5.024	4.716
Total com despesas de impostos	-	73	14.574	14.058

Todas as controladas da Sociedade tributaram o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, exceto para as controladas Bioeletricidade Holding e RN Holding em 2019 e 2018 e a controlada Apollo Comercializadora em 2019, que foram tributadas pela sistemática do lucro real.

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas Bioeletricidade Holding, RN Holding e Apollo Comercializadora possuíam um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$ 2.169, R\$ 481 e R\$ 11, e em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 1.525 e R\$ 415. O total dos prejuízos fiscais das controladas em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 6.380, R\$ 1.416 e R\$ 34 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 4.485 e R\$ 1.222).

Consolidado

Apuração - Sistemática do lucro presumido

	Consolidado			
	2019		2018	
Impostos correntes	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	374.609	374.609	339.701	339.701
ICMS	(7.774)	(7.774)	(1.130)	(1.130)
Outros – Baixa Liminar GFIS	(94)	(94)	-	-
	366.741	366.741	338.571	338.571
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	29.339	44.009	27.086	40.629
Receitas financeiras	6.471	6.471	8.277	8.277
Outras receitas	202	202	350	350
Base de cálculo total	36.012	50.682	35.713	49.256
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	8.739	4.561	8.640	4.433
Outros e pagamentos de anos anteriores	811	463	655	257
Total	9.550	5.024	9.295	4.690

(*) Aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Consolidado--Continuação

Apuração - Sistemática do lucro real

Em 2019, as controladas Bioeletricidade Holding, RN Holding e Apollo Comercializadora apuraram imposto de renda e contribuição social pela sistemática do lucro real, resultando em prejuízo fiscal, como demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	<u>31.738</u>	95.237
% do imposto (*)	<u>34%</u>	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	<u>10.791</u>	32.381
Amortização de ágio alocado	<u>1.174</u>	1.174
Equivalência patrimonial	<u>(12.668)</u>	(33.866)
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	<u>703</u>	311
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	-

(*) Aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Controladora

Apuração - Sistemática do lucro real

Em 2019, a Sociedade apura imposto de renda e contribuição social pela sistemática do lucro real, como demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	<u>20.392</u>	71.374
% do imposto (*)	<u>34%</u>	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	<u>6.933</u>	24.243
Amortização de ágio alocado	<u>8.041</u>	8.041
Equivalência patrimonial	<u>(16.594)</u>	(32.001)
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	<u>1.620</u>	(210)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	73

(*) Aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2019, a controladora possuía um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$ 4.125 (R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2018). O total do prejuízo fiscal da controladora em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 12.133 (R\$ 4.485 em 31 de dezembro de 2018).

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Contas a receber					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	-	-	-	19.376
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	-	4.761
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	(a)	3.600	-	-	-
Tangará Energia S.A.	(a)	-	-	2.092	16.856
		3.600	-	2.092	40.993
Dividendos a receber					
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(b)	1.310	21.179	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(b)	2.738	-	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(b)	1.007	-	-	-
		5.055	21.179	-	-
Mútuos a receber					
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(c)	-	85.357	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(c)	8.691	8.096	-	-
Tangará Energia S.A.	(c)	1.125	-	1.125	-
		9.816	93.453	1.125	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)					
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	(d)	1.500	20.950	-	-
		1.500	20.950	-	-
Passivo					
Contas a pagar					
Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A.	(e)	-	-	5	-
Brookfield Energia Renovável S.A.	(e)	-	-	74	17.310
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(e)	39.253	-	39.253	-
Santo Ivo Energética S.A.	(e)	1.168	-	1.168	-
Salto Jaurú Energética S.A.	(e)	-	-	-	26
Tangará Energia S.A.	(e)	-	-	1.219	91
		40.421	-	41.719	17.427
Dividendos a pagar					
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(f)	4.708	16.463	4.708	16.463
Santo Ivo Energética S.A.	(f)	135	471	135	471
Outros acionistas não controladores de RN Holding - dividendos mínimos obrigatórios	(f)	-	-	6	4
Outros acionistas não controladores de RN Holding - dividendos complementares de anos anteriores	(f)	-	-	22	15
		4.843	16.934	4.871	16.953
Mútuos a pagar					
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(g)	1.475	-	-	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(g)	2.212	-	-	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(g)	11.054	-	-	-
Tangará Energia S.A.	(g)	7.166	-	7.166	-
		21.907	-	7.166	-

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita					
Venda de energia					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(h)	-	-	-	7.467
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(h)	-	-	2.197	11.961
Tangará Energia S.A.	(h)	-	-	80.014	70.123
		-	-	82.211	89.551
Receitas financeiras					
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(i)	475	665	-	-
Tangará Energia S.A.	(i)	777	3.873	1.665	3.873
		1.252	4.538	1.665	3.873
Custo					
Compra de energia					
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(j)	-	-	5.452	6.300
Tangará Energia S.A.	(j)	-	-	89.247	4.020
		-	-	94.699	10.320
Serviço de ADM					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(k)	-	-	2.159	2.032
		-	-	2.159	2.032
Despesas financeiras					
Tangará Energia S.A.	(l)	1	-	1	1.293
		1	-	1	1.293

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) aportado nas empresas investidas;
- (e) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (f) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (g) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (h) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (i) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (j) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (k) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (l) Despesas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Seguros

Controladas em operação

A Sociedade e suas controladas têm como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo.

Abaixo o resumo das coberturas dos ativos em operação separados por grupo de geração, PCHs, Biomassas e Eólicas:

PCHs – Tomador São João Energética S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2018).

Biomassas – Tomador Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.

Em 31 de dezembro de 2019, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 600.000 (R\$ 600.000 em 31 de dezembro de 2018).

Eólicas – Tomador Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 700.000 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2018).

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	871	871	-	4.455	4.455
Mútuos a receber	9.816	-	9.816	93.453	-	93.453
Contas a receber	3.600	-	3.600	-	-	-
Dividendos a receber	5.055	-	5.055	21.179	-	21.179
	18.471	871	19.342	114.632	4.455	119.087

Ativos financeiros	Consolidado					
	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	68.868	68.868	-	93.416	93.416
Mútuos a receber	1.125	-	1.125	-	-	-
Contas a receber	81.460	-	81.460	129.652	-	129.652
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	34.423	34.423	-	35.189	35.189
	82.585	103.291	185.876	129.652	128.605	258.257

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	40.447	302
Dividendos a pagar	4.843	16.934
Empréstimos, financiamentos e debêntures	320.672	-
	365.962	17.236
	Consolidado	
	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	72.461	44.810
Arrendamento mercantil	3.448	-
Dividendos a pagar	4.871	16.953
Empréstimos, financiamentos e debêntures	734.552	476.730
	815.332	538.493

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	68.868	93.416
Depósitos restituíveis e valores vinculados	34.423	35.189

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas da Sociedade efetuam avaliações financeiras, possuem garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco de geração (Usinas biomassas)*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras termelétricas à biomassa depende diretamente da energia efetivamente gerada pela queima do bagaço de cana de açúcar.

Quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Sociedade deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo, o custo de aquisição pode ser, em dados momentos, maior que a receita de contratos, gerando perdas para as controladas da Sociedade.

Para a mitigação do risco de geração, as controladas da Sociedade gerenciam a disponibilidade de combustível, oportunidades de adequação dos montantes contratos à expectativa de geração e oportunidades de compra de energia no mercado.

vii) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco hidrológico*--Continuação

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor (GSF)*, fazendo com que as controladas da Sociedade tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, as controladas da Sociedade controlam o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

viii) *Risco de geração (Usinas eólicas)*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras eólicas depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia da geradora eólicas, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita das controladas da Sociedade.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Sociedade deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para a mitigação do risco de geração, as controladas da Sociedade gerenciam a disponibilidade dos parques geradores, mantendo altos padrões de operação e manutenção.

ix) *Risco de não renovação da autorização*

As controladas da Sociedade detêm outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

ix) *Risco de não renovação da autorização*--Continuação

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

x) *Risco de não renovação da autorização (Usinas biomassas)*

As controladas da Sociedade detêm outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração de serviços de geração de energia elétrica proveniente de usinas termelétricas movidas à biomassa. Apenas a Lei nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art.26, estabelece que os empreendimentos de biomassa que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

x) *Risco de não renovação da autorização (Usinas biomassas)*--Continuação

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas às controladas da Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para as controladas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

xi) *Risco de não renovação da autorização (Usinas eólicas)*

As controladas da Sociedade detêm outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica. Apenas a Lei Federal nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art. 26, estabelece que os empreendimentos de fontes eólicas que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas, não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas às controladas da Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para as controladas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

xii) *Risco de preços de energia*

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Apollo Comercializadora Ltda., controlada da Sociedade, fica exposta a variações de preço de energia – em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui, ainda, o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A controlada Apollo possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

São João Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

25. Eventos subsequentes

A Tonon Bioenergia, que possuía ativos de cogeração com as usinas Vista Alegre I e Vista Alegre II, estava em regime de recuperação judicial desde dezembro de 2015. Em 06 de março de 2020, após o administrador judicial noticiar o descumprimento do plano de recuperação judicial, a Juíza, responsável pela ação, convolou em falência a recuperação judicial das empresas.

Com a falência decretada, foi mantido como administrador judicial ao qual cabe proceder a arrecadação dos bens, documentos e livros, bem como a avaliação dos bens, e eventual lacração, para realização do ativo visando atender o ressarcimento aos credores, os quais terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas. As ações relacionadas ao estado de falência, incluindo, entre outras, a safra de cana de 2020, ainda estão pendentes de uma decisão do Administrador Judicial assim como está em discussão planos alternativos para retomar o negócio com outros parceiros.

De acordo com a norma contábil CPC 24 parágrafo 10, a Administração da Sociedade entende que não deve revisar os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras por eventos subsequentes que foram originados de condições que surgiram após o período de fechamento contábil a que se referem as demonstrações individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e que não poderiam ser previstas pela Sociedade na data de 31 de dezembro de 2019.

Baseado no portfólio de geração de energia e capacidade financeira do grupo, este evento subsequente não afeta a manutenção dos compromissos operacionais e financeiros das usinas Vista Alegre I e Vista Alegre II no curto e longo prazo.

26. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 30 de março de 2020.